NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A., com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas ("Companhia", "Kroton" ou "Grupo") têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; o comércio de livros didáticos e apostilas, licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica; a oferta de cursos técnicos; a oferta de cursos preparatórios para concursos e para OAB; assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de *software* para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

A Companhia é listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código KROT3 onde negocia suas ações ordinárias.

A Companhia exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas: Editora e Distribuidora Educacional S.A. - EDE e Anhanguera Educacional Participações S.A.

Sazonalidade

A Companhia tem expectativa de que as suas receitas e lucratividades alcancem seus níveis mais altos no primeiro e terceiro trimestres.

Na educação básica, durante o primeiro trimestre, ocorre o pico das vendas das coleções de livros. No ensino superior, durante o primeiro e terceiro trimestres, ocorrem os períodos de matrículas para o semestre letivo. Dadas essas condições, essa sazonalidade tende a causar variações em nossos resultados operacionais entre os trimestres de cada exercício social.

Aspectos societários

a) Studiare

Em 06 de novembro de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Studiare Engenharia e Tecnologia Ltda. ("STUDIARE"), *start-up* focada no desenvolvimento de *software* para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

O valor da aquisição totalizou R\$ 4.135, sendo R\$ 3.335 integralmente pagos em novembro de 2015, R\$800 a pagar em 2016, e mais plano de opção de ações de quatro anos para os fundadores, que passam a integrar o quadro de executivos da Companhia.

O valor justo dos intangíveis no montante de R\$4.015, preliminarmente avaliado pela Companhia na data do balanço de aquisição, será objeto de eventuais ajustes em prazo inferior a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

um ano em conformidade com a Deliberação CVM nº 665/11 - CPC 15(R1) Combinação de Negócios.

b) Anhanguera Educacional

Em 3 de julho de 2014, a operação de aquisição de ações da Anhanguera Educacional Participações S.A. pela Companhia foi aprovada pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, passando a Anhanguera Educacional Participações S.A a ser uma controlada da Companhia. Vide nota explicativa n°5.

Esta operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 14 de maio de 2014, o qual reuniu os atos de concentração referente à operação para fins de análise dos efeitos concorrenciais e celebrou o "Acordo em Controle de Concentrações - ACC" compreendendo a transferência de alguns direitos e obrigações ("Remédios"), tidos como necessários para a preservação das condições de entrada e rivalidade do mercado relevante.

O estudo de alocação final do excesso do preço de compra foi efetuado dentro do prazo de um ano do início da operação, sendo concluído com todos seus efeitos relevantes no período findo em 30 de junho de 2015.

Comparabilidade

Em função da incorporação das ações da Anhanguera em 3 de julho de 2014, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações de patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 2014, contemplam doze meses das operações da Kroton e seis meses das operações da Anhanguera. Esse fato deve ser considerado nas análises comparativas dessas demonstrações financeiras.

Alteração na legislação do FIES

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas nº 21 e nº 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

Conforme Termo de Acordo Judicial celebrado entre a ABRAES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior, a União Federal, a SESU - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, as Instituições de Ensino Superior associadas da ABRAES receberão os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015 nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, sendo 25% do saldo em 2016; 25% em 2017 e 50% em 2018. A quitação dar-se-á até Junho de cada ano e as parcelas serão corrigidas pela variação do IPCA desde a data de seu respectivo vencimento no ano de 2015 até o efetivo pagamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

2.3.1. Controladas

O processo de consolidação das controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- (i) Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- (ii) Dos saldos de contas-correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.
- (iii) Identificação da participação dos acionistas não controladores.

Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia, e as práticas contábeis das controladas foram aplicadas de forma consistente com as práticas contábeis da Companhia.

2.3.2. Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

QUADRO 1 – Sociedades consolidadas

	Participa capital to	
Sociedades consolidadas	31/12/2015	31/12/2014
Controlada direta:		
Anhanguera - Anhanguera Educacional Participações S.A.	100	100
Controladas indiretas:		
Aeltda- Anhanguera Educacional Ltda.	100	100
Clínica - Clínica Médica Anhanguera Ltda.	100	100
Imob I – AESA Empreendimentos Imobiliários (i)	-	100
Unipli - Sociedade Educacional Plinio Leite S/S Ltda.	100	100
Luiz Rosa - Instituto Educacional Professor Luiz Rosa Ltda.	100	100
Imob II – AESA Empreendimentos Imobiliários da Região Metropolitana (i)	-	100
Imob III – AESA Empreendimentos Imobiliários do ABC (i)	-	100
FIDC - Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos		
Creditórios	100	100
Juspodivm - Instituto Excelência Ltda.	100	100
Controlada direta:		
EDE - Editora e Distribuidora Educacional	100	100
Controladas indiretas:		
Assevim - Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim	99,99	99,99
Ceama - Centro de Ensino Atenas Maranhense	99,99	99,99
Fais - Faculdade Integradas de Sorriso	99,99	99,99
Fama Macapá - União de Faculdades do Amapá	99,99	99,99
Fameg - Sociedade Educacional do Vale do Itapocu	99,99	99,99
Famelages - Sociedade Educacional do Planalto Serrano	99,99	99,99
Famesul - Instituto Educacional Alto Vale do Itajaí	99,99	99,99
GK - União Metropolitana Unime Feira de Santana	99,99	99,99
Iuni - Iuni Educacional	100	100
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Pax - Pax Editora e Distribuidora	99,99	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Pses - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	99,99	99,99
Spes - Sistema Pitágoras de Ensino	99,99	99,99
Studiare - Studiare Engenharia e Tecnologia Ltda.	99,99	
União - União de Ensino Unopar	99,99	99,99
Uniasselvi - Sociedade Educacional Leonardo da Vinci	99,99	99,99
Unirondon - Uniao Educacional Candido Rondon	99,99	99,99
Unic Educacional - Unic Educacional	99,99	99,99
Unime Salvador - Iuni Educacional - Unime Salvador	99,99	99,99
Unime LF - União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e		
Cultura	99,99	99,99

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Apresentação de relatórios por segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.6. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" é classificada como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.8. Ativos e passivos financeiros

2.8.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de emissão dos balanços (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após as datas dos balanços. Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos como "Receitas financeiras", na demonstração do resultado.

c) Valor justo por meio do resultado

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação que podem incluir, quando aplicável, o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

d) Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa de juros efetiva é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.8.2. Reconhecimento

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8.4. "Impairment" de ativos financeiros

a) Ativos registrados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal.
- Probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido a dificuldades financeiras ou existência de dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de "impairment".

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido ao

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado disponível.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será reconhecida ao resultado.

b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item a) anterior. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pela Companhia.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "impairment" de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para ajustá-las ao valor de realização, se necessário.

O contas a receber de clientes decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente.

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e dos custos necessários para realizar a venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.

2.11. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Equipamentos de informática	3,3
Móveis, utensílios e instalações	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25
Biblioteca	10
Laboratório	10

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado.

A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2015.

2.12. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como ativo intangível. Se a adquirente apurar a compra desvantajosa, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas ("impairment"), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por "impairment", que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs para fins de teste de "impairment". A alocação é feita para as UGCs ou para um grupo de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b) Programas de computador (software) e desenvolvimento de projetos internos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil estimada.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.13. "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de "impairment". Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de "impairment" em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para "impairment". Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reversão do "impairment" na data de apresentação do relatório.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

2.16. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A provisão para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

enquanto o ativo depende da probabilidade de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As empresas de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, Cofins, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 11.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas Sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

2.18. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.19. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos plano de remuneração, liquidado em ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

2.20. Arrendamento mercantil financeiro

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros, os quais são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.21. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.22. Capital social

Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia passou a ser listada no segmento especial denominado Novo Mercado, em que são permitidas somente a emissão e negociação de ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

O ajuste a valor presente reconhecido em contrapartida ao Contas a Receber é apresentado junto à Receita pois a Companhia entende que faz parte da operação viabilizar o financiamento das mensalidades dos alunos.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até as datas dos balanços.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. No semestre, são cobradas seis mensalidades, estando incluída a matrícula. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

registrados como "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas telepresenciais um percentual entre 30% e 36%, conforme a opção do Polo. Assim a receita é reconhecida sobre os percentuais de 70% ou 64%, respectivamente.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD provenientes da controlada Uniasselvi, o valor do repasse varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. A receita é reconhecida apenas sobre a parte da receita referente às controladas.

Polo: é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

c) Receita e despesa financeiras

As receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira, sendo esta calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas de desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método da taxa de juros efetivos.

2.24. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras nas datas dos balanços, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de administração.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia, visto que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. Dessa forma, a sua adoção antecipada não está permitida no Brasil, sendo no momento avaliado pela Administração os futuras impactos de sua adoção.

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1°. de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Essa norma entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2018.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz novos critérios de classificação de ativos financeiros, novo modelo de impairment para ativos financeiro, um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

(iii) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor apartir de 1°. de janeiro de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de elaborar estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão apresentados comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita:

a) Perda ("impairment") na estimativa do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração deles, por meio de uma metodologia conhecida como "impairment test". Para identificar uma deterioração do ágio, esses ativos são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa, e a alocação é feita de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são, se aplicável, registradas no resultado do exercício em que ocorrem e não podem ser revertidas em exercícios seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado do ativo fiscal.

c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os processos judiciais que representem perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

4.1. Fatores de risco financeiro

O objetivo da Companhia na gestão de capital é garantir os recursos necessários à execução de sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno a seus acionistas.

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital, e conta com suporte, acompanhamento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e a seu alinhamento com os objetivos e riscos.

a) Política de utilização de instrumentos financeiros

A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos.

b) Risco de mercado - Risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de as controladas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar por aquisições de terceiros parcelados. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e não circulante são demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 2 – Taxas de juros contratadas

	Consolidado		Taxas de Juros
	31/12/2015	31/12/2014	
Empréstimos e financiamentos:			
Empréstimos e arrendamentos mercantis (i)	40.808	48.134	
			100% CDI +
Debêntures	717.596	893.984	juros de 1,5%
			a 2% ao ano
Contas a pagar por aquisição:			
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	132.928	151.594	CDI
Índice Nacional de Preços ao Consumidor			
Amplo - IPCA	42.582	92.293	IPCA
Outros (ii)	<u>45.558</u>	1.635	
	<u>979.472</u>	<u>1.187.640</u>	

- (i) Deste total, R\$40.662 refere-se a arrendamentos mercantis, dos quais R\$886 correspondem a equipamentos atualizados a taxa prefixadas médias de 6,7% ao ano, e R\$39.776 correspondem a contratos de aluguéis de imóveis de unidades operacionais.
- (ii) Principalmente por R\$ 29.596 referente a acordo contratual de construir unidade em um terreno na cidade de Sorocaba/SP.

c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos.

Contas a receber

A política de vendas do Grupo acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo FIES. Para a parcela de crédito não garantida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pelo programa, a Companhia estima o potencial de inadimplência e constitui a respectiva provisão.

Adicionalmente, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa do saldo bruto das contas a receber também de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito.

<u>Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro</u>

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos.

d) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo, contas a receber de clientes, outras contas a receber e outros créditos que resultam diretamente de suas operações.

Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

QUADRO 3 – Passivos financeiros por faixa de vencimento

	Menos	Entre	Acima	
	de 1 ano	1 e 2 anos	de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos	2.378	2.426	36.004	40.808
Debêntures	193.587	206.959	317.050	717.596
Contas a pagar por aquisições	95.481	44.700	80.887	221.068
	<u>291.446</u>	<u>254.085</u>	<u>433.941</u>	<u>979.472</u>
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	7.279	4.727	36.128	48.134
Debêntures	193.976	206.010	493.998	893.984
Contas a pagar por aquisições	74.802	94.477	76.243	245.522
	<u>276.057</u>	<u>305.214</u>	<u>606.369</u>	<u>1.187.640</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. Para isto, mantém uma política de caixa mínimo e alavancagem financeira conservadora, buscando ainda sua constante redução.

A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

QUADRO 4 – Cálculo dos índices de alavancagem financeira

	Consolidado .	
	31/12/2015	31/12/2014
Dívida (i)	979.472	1.187.640
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários -		
circulante e não circulante (ii)	<u>(403.583</u>)	<u>(455.332</u>)
Dívida líquida	575.889	732.308
Patrimônio líquido (iii)	12.459.688	11.446.408
Índice de alavancagem financeira	4,62%	6,40%

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, debêntures emitidas e contas a pagar por aquisições.
- (ii) Trata-se de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários não circulantes.
- (iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital social e as reservas da Companhia.

4.3. Análise de sensibilidade

A seguir, quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, com cenário mais provável, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, utilizando taxas projetadas: CDI – 15,18% e IPCA – 6,94% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes nas datas dos balanços. As taxas utilizadas para a projeção foram extraídas de fontes externas independentes: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI conforme taxas referenciais BM&F, ambos disponibilizados nos websites das respectivas instituições.

a) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - circulantes e não circulante

QUADRO 5 – Análise de Sensibilidade – aplicações financeiras - Consolidado

				Cenário	Cenário
			Cenário	possível	remoto
Indexador	Valor	Risco	<u>provável</u>	(25%)	(50%)
CDI	387.990	Desvalorização do CDI	58.884	44.163	29.442

b) Empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar – aquisições

QUADRO 6 – Análise de Sensibilidade – passivos financeiros - Consolidado

			Cenário	Cenário
		Cenário	possível	remoto
Valor	Risco	<u>provável</u>	(25%)	(50%)
850.524	Alta do CDI	129.082	161.353	193.623
42.582	Alta do IPCA	2.955	8.078	9.694
	850.524	Valor Risco 850.524 Alta do CDI 42.582 Alta do IPCA	ValorRiscoprovável850.524Alta do CDI129.082	Valor Risco Cenário possível provável (25%) 850.524 Alta do CDI 129.082 161.353

Não são considerados os contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R\$40.808.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Aquisição da Anhanguera

Em 3 de julho de 2014, foi aprovada em Assembleias Gerais Extraordinárias, a incorporação pela Companhia da totalidade das 437.070.783 ações ordinárias de emissão da Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Anhanguera").

Em decorrência da incorporação de ações, foram emitidas 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia que foram atribuídas aos acionistas da Anhanguera. Como consequência, a Anhanguera passou a ser uma controlada da Companhia.

O aumento do capital social da Companhia foi de R\$2.327.299, correspondente ao patrimônio líquido contábil da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013, conforme laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

atribuído ao capital social de R\$5.981.227 foi contabilizada como reserva de capital "Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios".

O valor total da aquisição foi determinado com base no valor da cotação de mercado (preço de fechamento) da ação da Companhia na data da aquisição (3 de julho de 2014), como segue:

QUADRO 7 – Quantidade de ações x preço de aquisição Anhanguera

Quantidade de ações emitidas pela Companhia	135.362.103
Preço de fechamento da ação da Companhia (KROT3) (*)	61,38
Preço da aquisição	8.308.526

(*) antes do desdobramento das ações

A alocação do preço de aquisição e os saldos a valor justo da Anhanguera estão demonstrados a seguir:

QUADRO 8 – Alocação do preço de aquisição Anhanguera

	30/06/2015
<u>Ativos</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	188.806
Contas a receber	364.259
Estoques	21.663
Adiantamentos	6.838
Tributos a recuperar	38.026
Depósitos judiciais	22.669
Garantia de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	128.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	443.265
Imobilizado	744.422
Intangível:	
Ágio em participações	1.268.282
Desenvolvimento de conteúdo	75.761
Acordos de não concorrência	47.082
Software	25.769
Outros intangíveis	95.268
Marcas (i)	1.797.566
Licenças e rede parceira de polos (ii)	481.297
Carteira de clientes (iii)	269.055
Outros ativos	115.581
Total do ativo	<u>6.134.397</u>
Descives	
Passivos Fornecedores	(75.012)
	(75.912)
Empréstimos e financiamentos	(161.785)
Debêntures	(583.272)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2015
Obrigações sociais e trabalhistas	(194.745)
Impostos e contribuições a recolher	(136.616)
Adiantamentos de clientes	(45.703)
Aquisições a pagar	(50.503)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.081.033)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(942.029)
Outros passivos	(52.230)
Total do passivo	(3.323.828)
Ativos líquidos	2.810.569
<u> </u>	(8.308.526)
Preço de aquisição	(<u>8.308.320</u>)
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado preliminarmente	5 407 057
como ágio	<u> 5.497.957</u>

- (i) Marca com vida útil definida em 25 anos.
- (ii) Licenças de operação e rede de parceria de polos com vida útil indefinida.
- (iii) Carteira de clientes com vida útil definida em 3,5 anos.

O estudo de alocação final do excesso do preço de compra foi efetuado dentro do prazo de um ano do início da operação, sendo concluído com todos seus efeitos relevantes no período findo em 30 de junho de 2015.

Remédios do CADE

Em 14 de maio de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, celebrou o Acordo em Controle de Concentrações - ACC, no qual a Companhia se comprometeu com uma série de medidas restritivas de mercado (Remédios), incluindo a alienação da mantenedora da Uniasselvi, que oferece cursos de graduação na modalidade de ensino a distância (EAD), sob a bandeira Uniasselvi, e também outras duas instituições de ensino superior que oferecem cursos presenciais em Rondonópolis e Cuiabá. Além disso, foi assumido o compromisso de limitar o número de alunos que poderá ser captado por suas bandeiras em determinados cursos EAD em 48 municípios específicos, até 2017. Pelo mesmo período, a Companhia se comprometeu a não utilizar concomitantemente suas bandeiras para captar novos alunos em determinados cursos EAD em municípios nos quais a Companhia e a controlada Anhanguera venham a atuar.

A Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual foi acordada a venda da Uniasselvi, sendo atendidas todas as condições para efetivação da venda em 29 de fevereiro de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2015 estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros são os mesmos, com exceção das debêntures como segue:

QUADRO 9 – Valor justo das Debêntures

Passivos:	<u>Classificação</u>	Saldo contábil	<u>Valor justo</u>
Debêntures	Outros passivos financeiros	717.596	719.039

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

QUADRO 10 – Qualidade do crédito dos ativos financeiros

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber de clientes		
Grupo 1 - ensino superior	2.144.375	1.067.270
Grupo 2 - educação básica	<u>51.177</u>	47.812
	<u>2.195.552</u>	<u>1.115.082</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo: (i)		
AAA	1.140	16.305
BB+	12.558	-
AA+	1.455	133
AA	-	
BBB-	332	17
Outros	108	380
	<u>15.593</u>	16.835

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários circulantes e não circulantes: (i)

- 438.497
-
-
3 -
<u>438.497</u>
1

⁽i) "Rating" atribuído pela agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) aos bancos nos quais a Companhia mantém as aplicações.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

QUADRO 11 – Composição de Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

	Contro	oladora	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Conta corrente	195	230	15.593	16.835
Aplicações financeiras				
Fundo de renda fixa	-	-	1.225	19.875
Fundo de investimento (i)	-	-	230.396	228.642
Fundo exclusivo (ii)	3.344	48.729	121.491	165.021
CDB (iii)	1.360	6.218	12.030	10.878
Notas e letras do tesouro (iv)		<u>-</u>	22.848	<u>14.081</u>
	<u>4.899</u>	<u>55.177</u>	<u>403.583</u>	<u>455.332</u>
Circulante	4.899	55.177	398.232	450.764
Não Circulante	-	-	5.351	4.568

(i) Referem-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo de investimento com alta liquidez, que se enquadra na categoria "renda fixa", de acordo com a regulamentação vigente. Para atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do fundo Atenas está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras - LF e outras aplicações indexadas ao CDI, sendo 12,78% de crédito privado - bancos e 87,22% em títulos do Tesouro. A rentabilidade do Fundo tem atingido a média de 100,61% do CDI.

(ii) Referem-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria "renda fixa", de acordo com a regulamentação vigente. Para

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do fundo Tenerife está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras - LF e outras aplicações com indexados ao CDI, sendo 56,8% de crédito privado - bancos e 43,2% em títulos do Tesouro. A rentabilidade do Fundo tem atingido a média de 103,2% do CDI em 2015.

Composição da carteira do Fundo Tenerife	<u>31/12/2015</u>
Títulos públicos	
LFT	46.882
NTN	7.639
Títulos privados	<u>66.970</u>
TOTAL	<u>121.491</u>

- (iii) Refere-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade média foi de 100,12% do CDI.
- (iv) Composto por Notas do Tesouro Nacional NTN.

9. CONTAS A RECEBER – CONSOLIDADO

QUADRO 12 – Composição de contas a receber

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ensino superior (i)	2.144.375	1.067.270
Educação básica	51.177	<u>47.812</u>
	2.195.552	1.115.082
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Ensino superior	(463.078)	(353.922)
Educação básica	(6.370)	_(5.854)
	(469.448)	(359.776)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.726.104	755.306
Ajuste a valor presente (ii)	(116.350)	(12.551)
	<u>1.609.754</u>	<u>742.755</u>
Circulante	1.009.807	732.410
Não circulante (iii)	599.947	10.345

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) No segmento de ensino superior presencial, a Companhia possui alunos contemplados pelo Programa FIES.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas nº 21 e nº 23 que modificaram principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

Os impactos da alteração na legislação ocorreram a partir de 2015 e conforme portaria nº 02 do Ministério da Educação e Cultura - MEC de 20 fevereiro de 2015, os impactos de repasse ocorrerão somente no ano de 2015 e serão regularizados a partir de 2016, inclusive com os repasses atrasados.

Conforme Termo de Acordo Judicial celebrado entre a ABRAES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior, a União Federal, a SESU - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, as Instituições de Ensino Superior associadas da ABRAES receberão os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015 nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, sendo 25% do saldo em 2016; 25% em 2017 e 50% em 2018. A quitação dar-se-á até Junho de cada ano e as parcelas serão corrigidas pela variação do IPCA desde a data de seu respectivo vencimento no ano de 2015 até o efetivo pagamento.

Conforme a legislação que instituiu esse Programa, a Companhia recebe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE repasses correspondentes (98% sem Fundo garantidor e 94,2% com fundo garantidor) ao montante financiado por seus alunos. Adicionalmente, a Companhia pode também compensar tributos federais com os montantes a serem repassados pelo FNDE.

Em 2015, a Companhia instituiu um programa de parcelamento de mensalidades PEP – Parcelamento Especial Privado, para facilitar ingresso do aluno que não conseguiu o Fies, devido as alterações ocorridas.

Em 31 de dezembro de 2015, as contas a receber do FIES, líquidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 1.075.022 (R\$ 314.538 em 31 de dezembro de 2014).

- (ii) O ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos das contas a receber com vencimentos futuros, cujos juros foram reconhecidos na data presente. O cálculo é realizado por meio do fluxo de caixa descontado. A taxa média utilizada foi de 4,95% ao ano que inclui os alunos beneficiados pelo PEP-Parcelamento Especial Privado e o saldo pendente FIES devido a PN23.
- (iii) Refere-se a renegociações das mensalidades de ensino superior vencidas até 365 dias permanecem registradas no contas a receber e ao PEP Parcelamento Especial Privado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2015, a Companhia efetuou a baixa dos créditos estudantis (ensino superior), que estavam 100% provisionados.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada a seguir:

QUADRO 13 – Vencimentos de contas a receber - Consolidado

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valores a vencer (i)	1.638.398	626.157
Vencidos		
Até 30 dias	121.268	98.719
Entre 31 e 60 dias	82.749	83.339
Entre 61 e 90 dias	67.168	51.879
Entre 91 e 365 dias	285.969	254.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(469.448)	(359.776)
Ajuste a valor presente	(116.350)	(12.551)
	<u>1.609.754</u>	<u>742.755</u>

(i) Os valores a receber do FIES estão classificados nesta rubrica.

A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando as "safras" mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a "performance" de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionado.

Quando o atraso atinge uma faixa superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua ocorrência.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos sem fundo garantidor, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para contratos com fundo garantidor a Companhia é responsável por 1,5% de uma eventual inadimplência do aluno.

A Companhia adotou, como metodologia de probabilidade de perda, a constituição de 50,0% de provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o PEP-Parcelamento Especial Privado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber da Companhia são as seguintes:

QUADRO 14 – Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	(359.776)	(121.970)
Baixa contra contas a receber	158.486	125.322
Constituição	(268.158)	(147.542)
Adição proveniente de adquirida - (nota explicativa nº 5)		(<u>215.586</u>)
Saldo final	(469.448)	(359.776)

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

QUADRO 15 – Composição dos tributos a recuperar

	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	
Circulante:			
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	28.622	44.384	
PIS, Cofins e ISS a recuperar (ii)	9.321	5.761	
INSS a recuperar (iii)	4.216	3.985	
Outros tributos a recuperar	665	615	
ICMS a recuperar	<u>560</u>	332	
	<u>43.384</u>	<u>55.077</u>	
Não circulante-			
Outros tributos a recuperar	<u>6.969</u>	6.282	

- (i) Refere-se a IRRF e saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados por estimativa, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.
- (ii) Refere-se a tributos retidos na fonte vinculados à emissão de notas fiscais da prestação de serviços.
- (iii) Refere-se a tributos retidos na fonte por clientes pessoa jurídica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

QUADRO 16 - Reconciliação de Imposto de renda e Contribuição Social

QUADRO 10 – Reconcinação de Imposto de Tenda e Contitodição Social	a	
	Contro	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	1.346.292	975.193
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(457.739)	(331.566)
•		
Reconciliação:		
Equivalência patrimonial	524.413	386.777
Adições (exclusões) líquidas (ii)	(67.300)	(51.597)
IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização do ágio alocado	50.468	25.407
na v v obez unonabi sobre u umoruzusuo uo ugro urovuuo	20.100	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício	_	(3.614)
Total IRPJ e CSLL	49.842	25.407
Total INTS C COLL	17.012	<u> 23.407</u>
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(626)	_
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	50.468	25.407
111 V C C C C C C C C C C C C C C C C C	201.00	201.07
	Conso	lidado
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	31/12/2015 1 464 461	31/12/2014 1 015 841
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	1.464.461	1.015.841
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	1.464.461	1.015.841
	1.464.461	1.015.841
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	1.464.461 <u>34</u> (497.917)	1.015.841 <u>34</u> <u>(345.386)</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i)	1.464.461 <u>34</u> (497.917) 450.836	1.015.841 <u>34</u> <u>(345.386)</u> 338.893
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii)	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225)	1.015.841 <u>34</u> (345.386) 338.893 (24.760)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii)	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190	1.015.841 34 (345.386) 338.893 (24.760) 1.724
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225)	1.015.841 <u>34</u> (345.386) 338.893 (24.760)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190 878	1.015.841 <u>34</u> (345.386) 338.893 (24.760) 1.724 364
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190 878 (1.142)	1.015.841 34 (345.386) 338.893 (24.760) 1.724 364 (7.215)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas Descontos de Outros Benefícios Fiscais (iv)	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190 878	1.015.841 34 (345.386) 338.893 (24.760) 1.724 364 (7.215) 868
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas Descontos de Outros Benefícios Fiscais (iv) Compensação de Parcelamentos com Prejuízos Fiscais (v)	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190 878 (1.142) 4.266	1.015.841 34 (345.386) 338.893 (24.760) 1.724 364 (7.215) 868 6.576
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas Descontos de Outros Benefícios Fiscais (iv) Compensação de Parcelamentos com Prejuízos Fiscais (v) IRPJ e CSLL diferidos Ativos	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190 878 (1.142) 4.266 	1.015.841 34 (345.386) 338.893 (24.760) 1.724 364 (7.215) 868 6.576 90.000
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas Descontos de Outros Benefícios Fiscais (iv) Compensação de Parcelamentos com Prejuízos Fiscais (v) IRPJ e CSLL diferidos Ativos IRPJ e CSLL diferidos Passivo	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190 878 (1.142) 4.266 59.018 (21.231)	1.015.841 34 (345.386) 338.893 (24.760) 1.724 364 (7.215) 868 6.576 90.000 (76.305)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas Descontos de Outros Benefícios Fiscais (iv) Compensação de Parcelamentos com Prejuízos Fiscais (v) IRPJ e CSLL diferidos Ativos	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190 878 (1.142) 4.266 	1.015.841 34 (345.386) 338.893 (24.760) 1.724 364 (7.215) 868 6.576 90.000
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas Descontos de Outros Benefícios Fiscais (iv) Compensação de Parcelamentos com Prejuízos Fiscais (v) IRPJ e CSLL diferidos Ativos IRPJ e CSLL diferidos Passivo Total IRPJ e CSLL	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190 878 (1.142) 4.266 59.018 (21.231) (68.327)	1.015.841 34 (345.386) 338.893 (24.760) 1.724 364 (7.215) 868 6.576 90.000 (76.305) (15.241)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % IRPJ e CSLL às alíquotas nominais Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i) Adições (exclusões) líquidas (ii) Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (iii) Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas Descontos de Outros Benefícios Fiscais (iv) Compensação de Parcelamentos com Prejuízos Fiscais (v) IRPJ e CSLL diferidos Ativos IRPJ e CSLL diferidos Passivo	1.464.461 34 (497.917) 450.836 (63.225) 190 878 (1.142) 4.266 59.018 (21.231)	1.015.841 34 (345.386) 338.893 (24.760) 1.724 364 (7.215) 868 6.576 90.000 (76.305)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Corresponde ao benefício fiscal da Lei nº 11.096 de 2005 (ProUni), calculado pelo método do lucro da exploração sobre as atividades incentivadas (vide item c).
- (ii) As principais adições e exclusões são: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para participação de funcionários nos lucros e provisão para perdas fiscais, trabalhistas e cíveis, amortização do ágio alocado em participações societárias, além do Ajuste a Valor Presente, diferença entre as taxas de depreciação fiscal e contábil e o Deemed Cost dos Ativos.
- (iii) Referem-se às controladas PAX e AESA Imobiliária optantes pelo Lucro Presumido no exercício 2015. O Lucro Presumido é o regime de tributação onde o recolhimento do Imposto de Renda e a Contribuição Social tem como base de cálculo a alíquota de presunção de Lucro (32% para as atividades de serviços) divulgada em Legislação sobre o faturamento da Companhia.
- (iv) A companhia optou no exercício 2015 pela contribuição ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD), ao Fundo Estadual do Idoso, e ao Programa de Incentivo ao Esporte, deduzindo do tributo o valor das contribuições restritas a 1% do valor relativo aos 15% do Imposto de Renda para as empresas contribuintes e patrocínio a Atividade Audiovisual com restrição de 4% dos 15% do Imposto de Renda, conforme preceitua o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 3.000/99) e Legislações posteriores.
- (v) A companhia utilizou-se do benefício de quitação de parcelamentos federais constante da Lei 13.043/2014, utilizando-se créditos tributários oriundos de Prejuízos Fiscais de empresas coligadas.
- b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos em 31 de dezembro de 2015 estão registrados em diversas empresas do grupo.

De acordo com as projeções, ajustadas a valor presente e refletindo a expectativa de determinadas reestruturações societárias, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos, sendo possível a antecipação:

QUADRO 17 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	198.387	191.377	
Diferenças Temporárias do Lucro Real (i)	315.335	231.609	
Outros ajustes (ii)	_	11.863	
	<u>513.722</u>	434.849	

(i) O IRPJ e CSLL diferidos apurados sobre diferenças temporárias são provenientes dos ajustes de adição ao Lucro Real efetuados no cálculo tributário de provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Os valores de IRPJ e CSLL diferidos sobre ajustes são provenientes das diferenças contábeis com base na lei 11.638/2007 em relação ao procedimento anteriormente adotado, relativos ao ajuste a valor presente e diferenças entre as taxas de depreciação fiscal e contábil das empresas do grupo Anhanguera integradas à Companhia.

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2015, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

QUADRO 18 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos por faixa de vencimento

<u>31/12/20</u>	<u>015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015-2016	-	36.843
2017-2018 139.9	953	103.530
2019-2020 171.5	888	178.498
2020-2021 122.:	529	73.430
<u>2022-2023</u> <u>79.</u>	<u>352</u>	<u>42.548</u>
<u>513.</u> ′	722	<u>434.849</u>

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados conforme segue:

QUADRO 19 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – efeito no resultado

<u>Controladora</u>		Efeito no resultado		
		_Amortização do ágio_alocado	-	
No passivo	31/12/2014	aos intangíveis	Por <u>aquisição</u>	<u>31/12/2015</u>
Ágio alocado aos intangíveis	(815.219)	<u>50.468</u>	(30.736)	<u>(795.487)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado (BR GAAP e IFRS)	31/12/2014	Efeito no re Amortização do ágio alocado aos intangíveis	<u>Outros</u>	Por Aquisição	31/12/2015
No ativo					
Imposto de renda / Contribuição Social:					
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	191.377	-	7.010	-	198.387
Diferenças Temporárias do Lucro Real	231.609	-	57.103	26.623	315.335
Outros Ajustes (*)	11.862		(11.862)	_	
Ativo não circulante	434.848	<u> </u>	52.251	26.623	513.722
No passivo					
Ágio sobre combinação de negócios	(1.174.658)	61.109	(87.310)	(30.736)	(1.231.596)
Outros Ajustes (*)	(37.294)		11.862	_	(25.432)
Passivo não circulante líquido	(1.211.952)	61.109	(75.448)	(30.736)	(1.257.028)

(*) A variação do Imposto de Renda e Contribuição Social Ativo Diferido referente ao Ajuste nas subcontas, refere-se às diferenças entre os efeitos fiscais e contábeis de ajuste a valor presente e taxas de depreciação, contemplados nas linhas de outros ajustes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual, primordialmente.

c) Incentivos fiscais

O ProUni estabelece por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

Segundo a Instrução Normativa nº 456, de 5 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao ProUni fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- i. Imposto de renda e contribuição social com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.
- ii. Cofins e PIS referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Devido à isenção desses tributos a quem adere ao ProUni, as controladas que possuem prejuízo fiscal e base negativa não efetuam contabilização de créditos tributários, devido a relevância de sua alíquota efetiva. Os créditos tributários não constituídos em virtude do ProUni no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 629.936.

Em Novembro de 2014 por meio do art. 10 da portaria nº 18 do Ministério da Educação foi autorizada a renovação do termo de adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), o qual todas as empresas de ensino superior controladas da Companhia aderiram com a renovação pelo prazo de 10 anos.

Adicionalmente, as controladas que têm como atividade principal a comercialização de livros gozam do benefício do não recolhimento do PIS e da Cofins sobre as receitas provenientes da venda de livros no mercado interno, conforme estabelecido pelo artigo 28 da Lei nº 10.865/04. Essas controladas também gozam da não incidência do ICMS sobre a circulação de livros didáticos.

12. DEMAIS CONTAS A RECEBER

QUADRO 20 - Composição de demais contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:		
Operações de cartão de crédito (i)	17.106	15.639
Direitos sobre cessão de bens (ii)	4.471	1.421
Despesas antecipadas (iii)	2.733	5.135
Crédito com adquiridas (iv)	79.727	74.631
Venda de imóveis (v)	11.492	32.195
Outros	<u>1.784</u>	<u>3.952</u>
	<u>117.313</u>	132.973
Circulante	108.575	126.282
Não circulante	8.738	6.691

- (i) Saldo a receber das operadoras de cartão de crédito referente aos pagamentos dos alunos por meio dessa modalidade.
- (ii) Saldos a receber pela transferência de propriedade aos polos de EAD de equipamentos de informática e audiovisuais. A Controlada EDE mantém contratos para compra de bens por meio de arrendamento financeiro e transfere os bens aos polos parceiros. A Controlada mantém, dessa forma, arrendamento mercantil financeiro, conforme a nota explicativa nº 15.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Refere-se a pagamentos antecipados a fornecedores e prêmios de seguro a apropriar.
- (iv) A controlada Anhanguera Educacional S.A registrou um ativo de reembolso em função dos direitos contratuais de ressarcimento dos ex-proprietários da Academia Paulista Anchieta Ltda. (APA) no montante atualizado de R\$52.073 referente ao saldo a recolher de ISS parcelado através do programa de parcelamento incentivado (PPI) da prefeitura de São Paulo.

A controlada Unirondon possui débitos previdenciários perante o INSS, no montante de R\$6.596, que serão quitados em 60 parcelas, sendo as parcelas pagas pela Companhia e de responsabilidade dos vendedores. A Companhia fará o desconto das parcelas a pagar pela aquisição.

A controlada Unime LF possui R\$3.722 a receber dos ex-proprietários referente Parcelamento Refis.

As demais controladas somadas possuem o saldo de R\$17.335 principalmente proveniente de impostos e sucumbências pagos, garantidos pelos antigos proprietários.

(v) Composto principalmente por: (i) R\$4.065 saldo remanescente pela venda do Colégio Anchieta, celebrada em 2012 através da controlada Anhanguera Educacional Ltda., que será recebido em parcelas, sendo a última em dezembro de 2021; (ii) R\$2.999 valor a receber pela venda da Suesc, ocorrida em abril de 2011, está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISS, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia terá o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço definido em contrato e o valor da causa; e (iii) R\$2.477 de saldo remanescente pela venda do imóvel Morumbi.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. IMOBILIZADO

QUADRO 21 – Composição do ativo imobilizado

Consolidado

	Taxa média		31/12/2015			31/12/2014			
	anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido		
Equipamentos de informática	30	189.678	(107.026)	82.652	175.023	(96.940)	78.083		
Móveis, equipamentos e									
utensílios	11	523.605	(237.866)	285.739	435.923	(169.412)	266.511		
Biblioteca	10	237.864	(122.328)	115.536	202.823	(105.032)	97.791		
Edificações e									
benfeitorias	4	1.123.850	(173.010)	950.840	915.703	(138.897)	776.806		
Imobilizado em									
andamento	-	76.176	-	76.176	91.826	-	91.826		
Terrenos	-	111.205	<u>-</u>	111.205	110.859	-	110.859		
		2.262.378	(<u>640.230</u>)	1.622.148	1.932.157	(<u>510.281</u>)	<u>1.421.876</u>		

A depreciação alocada às rubricas "custo dos serviços prestados" e "despesas administrativas" do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 132.648 (R\$99.084 em 31 de dezembro de 2014).

Os itens do ativo imobilizado têm sua depreciação calculada de forma linear e não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação.

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

QUADRO 22 – Movimentação do ativo imobilizado

	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de	26.500	102.526	47,000	170.010	21 600	02.570	470 101
dezembro de 2013	<u>26.509</u>	<u>102.536</u>	<u>47.008</u>	<u>179.810</u>	31.688	<u>82.570</u>	470.121
Adições Adições proveniente	32.404	65.605	21.208	5.059	182.952	8	307.236
das adquiridas (i)	33.381	124.856	42.370	434.712	81.172	27.931	744.422
Baixas	(91)	(446)	(282)	-	-	-	(819)
Depreciações	(13.981)	(26.179)	(12.513)	(46.411)	=	-	(99.084)
Transferências	(139)	139		203.636	(<u>203.986</u>)	350	
Saldos em 31 de							
dezembro de 2014	<u>78.083</u>	<u>266.511</u>	<u>97.791</u>	<u>776.806</u>	91.826	<u>110.859</u>	1.421.876

⁽i) Adição líquida referente à aquisição da Anhanguera Educacional Participações S.A. Vide nota explicativa n.º 5.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de							
dezembro de 2014	<u>78.083</u>	<u>266.511</u>	<u>97.791</u>	<u>776.806</u>	91.826	<u>110.859</u>	1.421.876
Adições Adição proveniente de	36.459	66.038	35.855	2.383	209.508	346	350.589
adquirida (i)	17	-	-	-	-	-	17
Baixas	(225)	(192)	(141)	(15.747)	(1.381)	-	(17.686)
Depreciações	(29.535)	(50.713)	(17.969)	(34.431)	-	-	(132.648)
Transferências	_(2.147)	<u>4.095</u>		<u>221.829</u>	(223.777)		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	82.652	285.739	<u>115.536</u>	<u>950.840</u>	<u>76.176</u>	111.205	1.622.148

(i) Adição líquida referente à aquisição da Studiare Engenharia e Tecnologia Ltda., vide nota explicativa n.º 1.a).

A Companhia arrenda equipamentos de informática por meio de contratos sujeitos a encargos médios de 6,7% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os equipamentos são de propriedade da Companhia. A garantia são os próprios equipamentos.

14. INTANGÍVEL

QUADRO 23 – Composição do ativo intangível

Consolidado

	Taxa		31/12/2015			31/12/2014	
	média de		Amortização	Intangível		Amortização	Intangível
	amortização	Custo	acumulada	líquido	Custo	acumulada	líquido
Software	20	222.354	(85.090)	137.264	166.810	(64.420)	102.390
Projetos internos	10	272.648	(127.227)	145.421	227.999	(95.873)	132.126
Ágio e intangíveis							
alocados	20	12.087.712	(540.754)	11.546.958	11.909.894	(357.163)	11.552.731
Outros intangíveis	5	172.282	<u>(35.549</u>)	136.733	172.282	<u>(25.663</u>)	146.619
		<u>12.754.996</u>	<u>(788.620)</u>	11.966.376	<u>12.476.985</u>	(<u>543.119</u>)	<u>11.933.866</u>

A movimentação do intangível é conforme segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 24 – Movimentação do ativo intangível

			Agios e		
		Projetos	intangíveis	Outros	
	Softwares	internos (a)	alocados (b)	intangíveis (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	31.410	53.058	2.521.885	-	2.606.353
Adições	56.335	22.074	-	11.530	86.503
Adições proveniente de adquiridas (i)	28.784	75.761	9.146.346	138.914	9.389.805
Baixas	(1.539)	(8)	-	-	(1.547)
Amortizações	<u>(12.600</u>)	<u>(18.759</u>)	<u>(115.500</u>)	<u>(3.825</u>)	<u>(150.684</u>)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>102.390</u>	<u>132.126</u>	<u>11.552.731</u>	<u>146.619</u>	11.933.866

(i) Adição líquida referente à aquisição da Anhanguera Educacional Participações S.A. e controladas ocorrida em 3 julho de 2014, vide nota explicativa n°5.

			Ágios e		
		Projetos	intangíveis	Outros	
	Softwares	internos	alocados	intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	102.390	132.126	11.552.731	146.619	11.933.866
Adições	62.778	44.661	167.811	-	275.250
Baixas	(5.203)	(2)	-	-	(5.205)
Amortizações	<u>(22.701</u>)	<u>(31.364</u>)	(173.584)	<u>(9.886)</u>	<u>(237.535</u>)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>137.264</u>	<u>145.421</u>	11.546.958	<u>136.733</u>	11.966.376

QUADRO 25 – Composição de Projetos Internos

	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	
Novas unidades e novos cursos (i)	22.829	28.218	
Sistema Universitário Pitágoras (ii)	1.886	2.843	
Novos contratos - Rede (iii)	3.154	3.957	
Ensino à distância (iv)	89.981	90.316	
Avaliação de ensino superior (v)	916	1.102	
Produção de conteúdo (vi)	26.655	5.690	
	<u>145.421</u>	<u>132.126</u>	
- 0			

Canaalidada

- (i) Referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos com vida útil estimada de dez anos, conforme segue:
 - Abertura das unidades Ipatinga, Betim, São Luís, Poços de Caldas, Uberlândia, Guarapari, Votorantim, Feira de Santana, Contagem e Governador Valadares e expansão dos "campi" de Venda Nova e Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte.
 - Investimentos em lançamento de novos produtos.
 - Infraestruturas operacional e tecnológica adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação MEC, para garantir a operação do ensino superior.
 - Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento de novos "campi" e cursos.
- (ii) Refere-se a gastos incorridos com o desenvolvimento de metodologias acadêmica (guia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

para os alunos e professores e sistemas de avaliação) e operacional (manual de operações), para garantir o crescimento do Sistema Universitário Pitágoras. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

- (iii) Referem-se aos gastos incorridos com o desenvolvimento de produtos a serem vendidos pela Rede Católica e Rede Pitágoras. A amortização ocorre por um período de até dez anos.
- (iv) Refere-se aos gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento do novo negócio de educação à distância, com o objetivo de oferecer ensino superior semipresencial e via Internet em diversas localidades do País. A amortização ocorre por um período de até dez anos.
- (v) Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento de um novo produto e metodologia para avaliação de ensino superior. A amortização ocorre por um período de até dez anos.
- (vi) Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo pedagógico e de banco de dados educacional. Conforme os projetos são finalizados, a amortização é iniciada por um período de até dois anos.
- a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados de combinação de negócios

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos (para aquisições após 1º de janeiro de 2009) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

Parte do ágio gerado na aquisição das controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos.

QUADRO 26 – Composição de Ágio e Intangíveis Alocados

	31/12/2015	31/12/2014
"Goodwill" (i)	8.861.806	8.656.341
Marca (ii)	1.732.160	1.794.029
Licença de operação e rede parceira de polo (iii)	795.747	785.691
Carteira de clientes (iv)	154.888	315.783
Acordo de não concorrência (iv)	1.443	887
Desenvolvimento de plataforma de ensino	914	_
	11.546.958	11.552.731

- (i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e sujeito a testes anuais de recuperação.
- (ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 25 e 30 anos.
- (iii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede de polos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

parceira de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação.

- (iv) Ativo intangível com vida útil estimada entre 3,5 e 5 anos.
- (v) Ativo intangível com vida útil estimada de 5 anos.

Testes do ágio para verificação de "impairment"

O ágio é alocado às UGC, identificadas de acordo com o segmento operacional.

QUADRO 27 – Resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Educação básica	59.450	59.450	66.339	66.339	
Ensino superior	_	<u>-</u>	8.795.467	8.590.002	
	<u>59.450</u>	<u>59.450</u>	8.861.806	8.656.341	

Em 31 de dezembro de 2015, os ágios foram submetidos a teste de redução ao valor recuperável ("impairment") e não foi identificada necessidade de ajustes aos respectivos valores.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), para avaliar a recuperação dos ágios que correspondem a cada uma das UGCs. O cálculo considera 8 anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 5,0% ao ano. A taxa de desconto nominal utilizada foi de 14,88% ao ano, seguindo referências de mercado e metodologias internas de cálculo auditadas.

Teste de recuperabilidade do ágio da aquisição da Anhanguera

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento. Considerando um acréscimo de 2,0 pontos percentuais na taxa de desconto das projeções de fluxo de caixa da subsidiária, ou uma perpetuidade 3,0% menor, resultaria em um valor recuperável igual ao valor contábil.

QUADRO 28 – Composição de Outros Intangíveis

	31/12/2015	31/12/2014
Acordo de não concorrência e outros	129.017	137.959
Marcas e patentes	7.716	7.716
Cessão de direitos	-	862
Carteira de clientes		82
	<u>136.733</u>	<u>146.619</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

QUADRO 29 – Composição de Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2015	31/12/2014
Arrendamento mercantil financeiro (i)	40.662	42.740
Empréstimos de terceiros	-	4.815
Banco Safra BNDES PSI Finame	<u>146</u>	579
	<u>40.808</u>	<u>48.134</u>
Circulante	2.378	7.279
Não circulante	38.430	40.855

(i) R\$39.776 refere-se a contratos de aluguéis de imóveis de unidades operacionais com duração de 15 anos (R\$41.453 em 31 de dezembro de 2014). O saldo é composto pelas parcelas a pagar relativas ao imóvel Unibero no montante de R\$10.581 e do imóvel de São Bernardo do Campo no montante de R\$29.195 (R\$ 10.960 e R\$30.493 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

QUADRO 30 – Empréstimos e Financiamentos não circulantes por faixa de vencimento

	<u>31/12/2015</u>	31/12/2014
2016	-	2.301
2017	2.426	2.426
2018	2.389	2.512
2019 em diante	<u>33.615</u>	33.616
	<u>38.430</u>	<u>40.855</u>

b) A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

QUADRO 31 – Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	48.134
Execução de garantias	(5.106)
Juros provisionados	1.048
Pagamentos de juros	(57)
Pagamentos de principal	(3.211)
Saldo final	40.808

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Arrendamentos financeiros

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas uma vez que o ativo arrendado é revertido ao arrendador no caso de inadimplência.

16. DEBÊNTURES

QUADRO 32 – Composição de Debêntures

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante	193.587	193.976
Passivo não circulante	<u>524.009</u>	700.008
	<u>717.596</u>	<u>893.984</u>

QUADRO 33 - Abertura do saldo de debêntures por emissão:

	<u>Remuneração</u>	31/12/2015
1ª emissão debêntures (i)	CDI + 2,00% a.a.	237.654
2ª emissão debêntures 1ª série (ii)	CDI + 1,95% a.a.	308.538
2ª emissão debêntures 2ª série (ii)	CDI + 1,50% a.a.	85.698
2ª emissão debêntures 3ª série (ii)	CDI + 1,70% a.a.	85.706
Total		<u>717.596</u>

- (i) Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia, por meio da controlada EDE, realizou sua primeira emissão de debêntures, realizada em série única. Nessa data, foram subscritas 550 debêntures com valor unitário de R\$1.000 cada uma, totalizando R\$550.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures possuem juros de 100% do CDI acrescidos de 2,0% ao ano. O prazo de vencimento é de sete anos contados da data de emissão. Após uma carência de 3 anos, os pagamentos ocorrerão anualmente nos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. Em junho e dezembro de cada ano, são exigidos os pagamentos dos juros calculados até às datas.
- (ii) Em 09 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 2ª (segunda) emissão de Debêntures pela Emissora, no valor total de R\$ 570.000 cujos termos e a realização foram destinados ao aporte de recursos na controlada Anhanguera Educacional Participações S.A. Os recursos aportados foram integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 4ª (quarta) e 5ª (quinta) emissões da Anhanguera Educacional Participações S.A. A Companhia, por meio da controlada EDE Editora e Distribuidora Educacional S.A., realizou essa sua segunda emissão de debêntures, em três séries. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural e sem a possibilidade de conversão em ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 34 – Movimentação de Debêntures

<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
893.984	546.149
123.350	91.984
-	583.272
570.000	-
(215)	-
5.163	1.829
(124.686)	(99.250)
(750.000)	(<u>230.000</u>)
<u>717.596</u>	<u>893.984</u>
	893.984 123.350 570.000 (215) 5.163 (124.686) (750.000)

QUADRO 35 – Abertura do saldo de Debêntures não circulante, por faixa de vencimento

	<u>31/12/2015</u>	31/12/2014
2016	-	202.754
2017	206.959	234.341
2018	235.307	220.481
2019	<u>81.743</u>	42.432
	<u>524.009</u>	<u>700.008</u>

Os contratos requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão. De acordo com o contrato os cálculos são exigidos a partir de 2012 até 2019, data do vencimento final.

Os índices financeiros da 1ª emissão, cujos cálculos são realizados semestralmente, são:

- (i) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization EBITDA" ajustado. Em 2015 o valor resultante deve ser igual ou inferior a 3,5, e no exercício 2016 deverá ser igual ou inferior a 3,0.
- (ii) Resultado do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro ajustado. O valor não deve ser inferior a 1,2.

O índice financeiro da 2ª emissão, cujo cálculo é realizado anualmente, é:

(i) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 3.

Em 31 de dezembro de 2015, os índices financeiros de ambas as emissões foram atendidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS - CONSOLIDADO

QUADRO 36 – Composição de obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2015</u>
Salários a pagar	56.261
INSS a recolher	52.440
FGTS a recolher	12.344
IRRF a recolher	22.381
Provisão de férias	67.363
Encargos sobre provisões	22.568
Outros	112.320
	345.677

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do exercício nas rubricas "custo dos serviços prestados", "despesas com vendas" e "despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

QUADRO 37 – Composição de adiantamentos de clientes

	31/12/2015	31/12/2014
Recebimentos antecipados por matrículas e mensalidades	<u>131.592</u>	<u>101.212</u>

Os recebimentos antecipados referem-se a adiantamento de matrículas, mensalidades do ano efetuado pelos alunos que são apropriados à receita conforme os serviços são prestados e a devolução de credito corresponde a valores superiores a dívida do aluno.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÕES

QUADRO 38 – Composição de contas a pagar por aquisições

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ítala	130.884	150.019
Uniabc	25.194	22.369
Sorocaba	29.595	29.356
LFG	6.444	9.800
Unipli	9.941	8.390
Ceama	-	5.796
Unirondon	6.530	8.884
Iesville Educar	3.077	2.193
Intesc	1.575	1.575
Outras	<u>7.828</u>	7.140
Total	<u>221.068</u>	245.522
Circulante	95.481	74.802
Não circulante	125.587	170.720

QUADRO 39 - Movimentação de contas a pagar de aquisições

			31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial			245.522	188.902
Adição proveniente de	adquiridas		-	50.503
Adição			4.135	29.356
Atualização de juros			24.519	18.122
Baixas			(934)	(754)
Pagamentos			(52.174)	<u>(40.607)</u>
Saldo final			<u>221.068</u>	245.522

Os valores são atualizados pela variação do CDI e IPCA de acordo com os respectivos contratos.

A abertura dos saldos por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

QUADRO 40 – Saldo de contas a pagar por aquisições, por faixa de vencimento

	<u>31/12/2015</u>
2015	-
2016	95.481
2017	44.700
2018	80.887
	221.068

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

QUADRO 41 – Composição de impostos e contribuições parcelados

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Parcelamentos municipais (a)	47.077	52.090
Parcelamento Refis IV – Federal (b)	7.859	8.184
Parcelamentos do INSS (c)	2.299	5.895
Outros	<u>378</u>	<u>781</u>
	<u>57.613</u>	<u>66.950</u>
Circulante	11.090	16.123
Não Circulante	46.523	50.827

(a) Parcelamentos municipais

Anhanguera

Em 27 de julho de 2012 os antigos proprietários da Academia Paulista Anchieta – APA, aderiram ao programa de parcelamento de impostos (PPI), resultando no saldo a recolher de ISS parcelado de R\$39.392, restando 79 parcelas de R\$499, reajustadas pela taxa Selic mensal.

Parcelamentos de IPTU no total de R\$6.503 com prazos e parcelas diferenciados entre si, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(b) Parcelamento Federal - Refis IV

Anhanguera: Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil - RFB instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado "Refis IV". A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pelas controladas da Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros. O total de R\$7.859 possui prazos e parcelas diferenciados entre si que são reajustadas pela taxa Selic mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Uniasselvi: Parcelamentos federais, referem-se à dívida ativa federal, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, da controlada Uniasselvi com o saldo de R\$14, com prazos e parcelas diferenciados entre si, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(c) Parcelamentos do INSS

Unirondon: Parcelamento ordinário de INSS não recolhido de novembro de 2008 a janeiro de 2009, parcelado em outubro de 2012 em 60 parcelas, restando 21 de R\$100, reajustadas pela taxa Selic mensal.

Anhanguera: Parcelamento ordinário de INSS, R\$114 com prazos e parcelas diferenciados entre si, reajustadas pela taxa Selic mensal.

Iuni: PAEX, artigo 1°: refere-se a saldo remanescente do Refis do ano 2000. Foi consolidado em 130 parcelas e começou a ser pago em setembro de 2006. Quitamos em junho de 2015.

A seguir a movimentação dos impostos e contribuições parcelados:

QUADRO 42 – Movimentação dos impostos e contribuições parcelados

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	66.950	47.025
Adição	(2.912)	9.970
Adição de aquisição	-	64.302
Atualização de juros	1.014	5.927
Pagamentos	(11.927)	(60.274)
Juros ressarcido pelo antigo proprietário	<u>4.488</u>	
Saldo final	<u>57.613</u>	<u>66.950</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS, E DEPÓSITOS JUDICIAIS.

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, classificou os processos judiciais/administrativos em que figura como ré de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

QUADRO 43 – Composição de Contingências

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias	81.834	85.863	334.787	256.847
Cíveis	47.080	77.225	178.772	196.665
Trabalhistas	<u>93.710</u>	84.378	<u>471.286</u>	<u>461.862</u>
Total	<u>222.624</u>	<u>247.466</u>	<u>984.845</u>	<u>915.374</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia figurava em um total de 16.994 processos judiciais/administrativos ativos como ré. Deste total, 340 processos eram de natureza tributária (considera processos judiciais e administrativos); 13.755 de natureza cível e 2.899 de natureza trabalhista, distribuídos entre responsabilidade própria e responsabilidade de ex-mantenedores.

Processos Classificados como Perdas Prováveis:

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores legais, a administração da Companhia registrou provisão para passivos conforme valores de perda informados, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

QUADRO 44 – Movimentação de contingências - Consolidado

	31/12/2014	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2015
Tributárias (i)	256.847	166.928	(82.725)	(6.263)	334.787
Cíveis	196.665	66.284	(51.641)	(32.536)	178.772
Trabalhistas	461.862	160.874	(116.841)	(34.609)	471.286
Total	915.374	394.086	(251.207)	(73.408)	984.845

(i) As contingências tributárias referem-se principalmente a execuções fiscais de tributos municipais recebidas pela controlada Anhanguera (ex-Uniban) no montante total de R\$ 127 milhões. Os processos são de responsabilidade compartilhada, sendo R\$ 118 milhões de responsabilidade do ex-mantenedor e R\$ 9 milhões de responsabilidade da Companhia. Outra contingência tributária relevante refere-se a autos de infração municipais em decorrência de ISSQN na controlada Unime Lauro de Freitas no montante total de R\$ 16,3 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia era ré em processo tributário ajuizado pela prefeitura do município de São Paulo para a cobrança de ISSQN. A Companhia obteve êxito no processo, com ganho estimado de R\$ 48 milhões, baixados da garantia contratual prestada pelo ex-mantenedor.

Uma unidade da controlada Anhanguera situada em São Caetano do Sul/SP é parte em execução fiscal cujo objeto é a cobrança de IPTU no período de 2006 e 2007 no montante de R\$ 3.805 (R\$ 3.805 em 31 de dezembro de 2014). O processo é de responsabilidade do ex-mantenedor e encontra-se garantido contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2015, os principais processos judiciais/administrativos com classificação de risco de perda provável da Companhia são:

- (a) Processos cíveis:
- (i) Uma unidade da controlada Anhanguera situada em São Caetano do Sul/SP é parte em ação onde se pleiteia a revisão do contrato de aluguel do imóvel de São Caetano do Sul. A Companhia provisionou R\$ 9.307 (R\$ 3.200 em 31 de dezembro de 2014).
- (ii) Uma unidade da controlada Anhanguera situada em Curitiba/PR é parte em duas ações em que se discute a rescisão de contratos e indenização. A Companhia provisionou R\$ 10.555 (R\$ 7.972 em 31 de dezembro de 2014).
- (b) Processos trabalhistas:
- (i) A controlada Unirondon é parte em ação coletiva movida pelo sindicato da região, em que postula indenização pelo desligamento de cerca de 91 empregados. A Companhia provisionou R\$ 3.000 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2014).
- (ii) Uma unidade da controlada Anhanguera situada em Santo André/SP é parte em ação movida pelo sindicato da região, cujos pedidos são: diferença de DSR sobre adicional noturno e reflexos nos quinquênios, hora atividade e demais verbas salariais. A Companhia provisionou R\$ 18.517 (R\$ 18.517 em 31 de dezembro de 2014).
- (iii) A controlada Pitágoras em Linhares (EDE Linhares) é parte em ação em que o autor postula verbas rescisórias e reconhecimento de função. A Companhia provisionou R\$ 2.200 (R\$ 2.200 em 31 de dezembro de 2014). O processo encontra-se garantido pelo ex-mantenedor em caso de desembolso financeiro pela Companhia.

Processos Classificados como Perda Possível:

Para os processos cujas perdas foram classificadas como possíveis, com base na opinião dos assessores legais da Companhia, não há provisão constituída, estando a movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2015 demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 45 – Composição de processos perda possível

	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias	211.776	179.977
Cíveis	134.849	186.517
Trabalhistas	<u>26.957</u>	<u>98.976</u>
Total	<u>373.582</u>	465.470

Em 31 de dezembro de 2015, os principais processos judiciais/administrativos com classificação de risco de perda possível ajuizados em face da Companhia são:

Processos trabalhistas: a controlada EDE de Divinópolis é parte em ação trabalhista em que autor pleiteia diferenças salariais. O valor envolvido é de R\$ 1.000.

Processos cíveis: a controlada Unopar é parte em ação cível que tem como objeto o inadimplemento contratual em razão de rescisão de contrato de prospecção para captação de polos de educação à distância. O valor envolvido é de R\$ 14.653.

Processos tributários: a Unidade Unic possui processos tributários cujo objeto seria sua condição de entidade filantrópica no passado e a consequente repercussão fiscal. O valor envolvido é de R\$ 149.391.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais, conforme demonstrado abaixo:

QUADRO 46 – Composição de depósitos judiciais

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias	-	(10)	9.215	12.860
Cíveis	(154)	<u>=</u>	2.130	986
Trabalhistas	(20)		<u>29.064</u>	<u>29.375</u>
Total	<u>(174)</u>	<u>(10)</u>	<u>40.409</u>	<u>43.221</u>

Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

Em contratos de aquisição de algumas de suas Unidades, a Companhia tem garantia contratual de reembolso pelo ex-mantenedor, em relação ao valor eventualmente pago pela Companhia em processos judiciais/administrativos que permaneceram sob a responsabilidade do ex-mantenedor.

Abaixo segue a composição dos processos judiciais/administrativa provisionados, cuja responsabilidade é garantida, contratualmente, pelo ex-mantenedor:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 47 – Composição dos processos judiciais de responsabilidade de ex-mantenedores

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias	52.326	55.234	149.538	90.779
Cíveis	13.118	18.062	24.632	28.674
Trabalhistas	<u>4.012</u>	<u>6.850</u>	<u>56.129</u>	50.281
Total	<u>69.456</u>	80.146	230.299	169.734

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$4.249.901 (R\$ 4.239.757 em 31 de dezembro de 2014).

QUADRO 48 – Composição do capital social

	Quantidade de ações
Em 31 de dezembro de 2015	1.626.069.778
Total de ações ex-tesouraria	1.614.706.419
Total de ações em tesouraria	11.363.359
Em 31 de dezembro de 2014	1.623.795.559
Total de ações ex-tesouraria	1.621.375.407
Total de ações em tesouraria	2.420.152

QUADRO 49 – Movimentação de ações

	Quantidade	Em K\$ mil
Em 31 de dezembro de 2014	1.623.795.559	4.239.757
Emissão de ações (i)	2.274.219	10.144
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.626.069.778</u>	<u>4.249.901</u>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 2.274.219 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de R\$ 10.144.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Capital autorizado

Em 11 de setembro de 2014, em Assembleia Geral, o limite de capital autorizado da Companhia passou a ser de 2.000.000.000 de ações ordinárias. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis, aprovar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a emissão de ações em decorrência de outorgas de opções de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição dessas ações, e aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

c) Reservas de capital

QUADRO 50 – Composição das reservas de capital

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo de emissão de ações (i)	(27.646)	(27.646)
Reservas de capital (ii)	14.585	14.585
Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de		
negócios (iii)	6.152.187	6.152.187
Plano de opção de ações e ganho(perda) na alienação (iv)	127.373	<u>98.253</u>
Total	<u>6.266.499</u>	6.237.379

- (i) Os custos incorridos para o aumento de capital por meio de emissão de ações pela Companhia foram de (R\$22.555) em junho de 2011 e de (R\$5.091) em março de 2012.
- (ii) Em 24 de junho de 2009, o Conselho de Administração definiu que o valor de R\$0,09805 de cada nova ação emitida seria destinado à formação de reservas de capital. Em 2 de setembro de 2009, foi homologado o valor da reserva em R\$21.247. A reserva está apresentada no valor de R\$14.585, líquida dos custos provenientes de transação na emissão dessas novas ações, no valor de R\$6.662.
- (iii) Saldo constituído em função das aquisições de Unopar e Anhanguera, decorrentes das operações descritas abaixo:

<u>Unopar</u>: em 15 de dezembro de 2011, 20% do pagamento da aquisição, conforme o contrato de compra e venda, deveria ser realizado por meio de ações de emissão da Companhia. O valor de 20% do preço de aquisição foi de R\$260.000, constituído de 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais. Em 28 de setembro de 2012, ocorreu a emissão das 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais no valor de R\$16.127, correspondente ao valor patrimonial contábil das "holdings" detentoras dos 20% do capital social da Unopar; e

<u>Anhanguera</u>: Em 03 de julho de 2014, em decorrência da incorporação de ações da Anhanguera, foram emitidas 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

valor nominal de emissão da Companhia. Na mesma da data, a Companhia realizou aumento de capital com base no valor contábil de R\$2.327.299, referente ao patrimônio líquido da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R\$5.981.227 foi contabilizado como reserva de capital "Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios", líquido do montante de 72.913 referente constituição do plano de opções de adquirida.

- (iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidos R\$48.119 de prêmio de valor justo de opções (R\$53.505 em 31 de dezembro de 2014) e o valor de R\$18.999 como resultado da alienação de ações em tesouraria (R\$32.617 em 31 de dezembro de 2014). Vide nota explicativa nº 23.
- d) Ações em tesouraria

QUADRO 51 – Movimentação de ações em tesouraria

Saldo em 31 de dezembro de 2014 Recompra de ações (i) Alienação de ações (ii) Saldo em 31 de dezembro de 2015 Quantidade de ações

2.420.152
10.872.500
(1.929.293)
11.363.359

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de julho de 2015, foi aprovada a instituição de novo programa de recompra de ações da Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2015, foram adquiridas 10.872.500 ações ao custo de R\$119.673.

A recompra das ações está em conformidade com o artigo 157, § 4°, da Lei nº 6.404/76, as Instruções Normativas da CVM nº 10/80 e nº 390/03 e as demais legislações pertinentes.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram alienadas 1.959.293 ações ao custo de R\$29.137.

As alienações foram efetuadas para suportar o exercício das opções dos beneficiários do plano de remuneração de opções de ações.

e) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos

QUADRO 52 - Cálculo dos dividendos

Lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2015	1.396.134
Constituição da reserva legal - 5%	(69.807)
Lucro líquido ajustado	1.326.328
Dividendos mínimos - 25%	(331.582)
Total de dividendos intercalares pagos em 2015 (i)	<u>261.413</u>
Dividendos s pagar	70.169

(i) Foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração as seguintes distribuições de dividendos intercalares em 2015: R\$88.289 pagos em junho; R\$ 98.835 pagos em agosto e R\$ 74.289 pagos em novembro, totalizando R\$ 261.413.

Reserva para investimentos

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, após a compensação do prejuízo acumulado, a constituição de reserva legal e a proposição de dividendos, no valor de R\$994.745 (R\$885.315 em 31 de dezembro de 2014), foi transferido para a rubrica "Reserva para investimentos", conforme o artigo 42 do Estatuto Social, e será utilizada para investimento na própria Companhia, a fim de financiar a expansão de suas atividades, seja ela orgânica, seja por meio de aquisições no mercado, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela Administração para o exercício de 2016.

Reserva para orçamento de capital

Em 16 de abril de 2015 foi aprovada pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração da Companhia a destinação de R\$186.000 para a Reserva de Orçamento de Capital, valor este que reflete as necessidades de investimento de capital da Companhia. Os recusos serão utilizados em Projetos de Tecnologia da Informação, Obras de expansão e maturação de unidades, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios e Livros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÃO DE AÇÕES

Planos mantidos Kroton Educacional S.A.

Os planos de opções de ações da Companhia têm como objetivo reter e incentivar seus executivos, buscando o alinhamento dos interesses destes com os interesses dos acionistas e da Companhia. São elegíveis para participar do plano os conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos seniores.

Em 01 de setembro de 2015, uma vez que os demais planos de opção de compra de ações descritos atingiram o limite máximo de opções que poderiam ser outorgadas, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o novo plano de opção de compra de ações em substituição aos planos anteriores.

Nesse novo plano, a outorga de ações deve respeitar o limite máximo de 1,99% do capital social da Companhia, equivalente, na data da aprovação, a 32.347.295 ações ordinárias, antes de qualquer desdobramento.

O Conselho de Administração fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("constructive obligation") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A definição da troca de opções por ações ordinárias no novo plano é dada pela proporção de uma ação para cada opção outorgada aos beneficiários.

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada contrato.

Os preços definidos nos contratos de outorga vigentes, inclusive para o novo plano descrito acima, até 31 de dezembro de 2015, variam de R\$0,70 a R\$5,70.

Movimentação dos Planos de opções de ações

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados, considerando o desdobramento de forma retrospectiva, estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 53 – Movimentação dos planos de opções de ações

	31/12/2	31/12/2015		014
	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções
Saldo inicial		52.237.365		35.832.000
Advindas de combinação				-
de negócios				26.081.196
Concedidas	2,99	25.232.510	5,24	1.600.000
Exercidas	5,32	(4.203.512)	6,05	(<u>11.275.831</u>)
Saldo final		73.266.363		<u>52.237.365</u>

Os planos estão dentro dos limites aprovados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Cálculo do valor justo e despesa no resultado

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, determinado com base no modelo de avaliação Binomial, foi de R\$2,99 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram o preço médio ponderado de exercício de R\$8,47 por opção (definidos na data de outorga), o preço da ação na data de outorga variando de R\$8,81 a R\$ 11,43 por ação, a volatilidade média utilizada de 31%, a vida média esperada da opção correspondente a 1.795 dias, a taxa de juros média anual sem risco de 10,66% e o "dividend yield" de 3,31%.

A volatilidade foi mensurada pelo desvio-padrão de retornos de ações continuamente compostos com base na análise estatística dos preços diários das ações.

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica "Reservas de capital - outorga de opções de ações", no patrimônio líquido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram exercidas 4.203.512 opções, sendo 2.274.219 via aumento de capital social com objetivo específico de entregar estas novas ações ao beneficiário e 1.929.293 em contrapartida à alienação de ações em tesouraria. Foram reconhecidos R\$48.119 de prêmio de valor justo de opções (R\$53.505 em 31 de dezembro de 2014).

O contrato de opções com vencimento mais longo tem como última data de "vesting" 16 de outubro de 2019 e poderá ser exercido em até 12 meses após essa data.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia utiliza 3 segmentos operacionais para diferenciação de seus produtos oferecidos: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior à Distância - EAD e Educação Básica.

Consolidado

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

QUADRO 54 – Informação por Segmento

QUADRO 54 – Informação por Seg	gmento				
_	Exercício Findo em 31/12/2015				
	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educação Básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	3.898.643	1.183.243	3 183.172	-	5.265.058
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.799.850)	(356.118	<u>(84.906)</u>		(2.240.874)
Lucro bruto	2.098.793	827.125	5 98.266	-	3.024.184
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(365.538)	(192.583) (28.639)	-	(586.760)
Despesas gerais e administrativas	(461.556)	(63.393) (13.521)	(403.338)	(941.808)
Outras despesas, líquidas			<u>-</u>	(246)	(246)
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	<u>1.271.699</u>	<u>571.149</u>	<u> 56.106</u>	<u>(403.584)</u>	1.495.370
Ativos	4.357.476	4.168.936	6 106.327	8.006.115	16.638.854
Passivos circulante e não circulante	1.705.949	970.436	<u>37.056</u>	1.465.723	<u>4.179.164</u>
			o findo em 3	1/12/2014	
	Ensino	Ensino	T	.	
	Superior Presencial	Superior EAD	Educação Básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	2.589.803	994.063	190.609	ilao alocada	3.774.475
Custo das vendas e dos serviços	2.507.005)) 1 .003	170.007		3.114.413
prestados	(1.283.732)	(270.498)	(88.900)		(1.643.130)
Lucro bruto	1.306.071	723.565	101.709	-	2.131.345
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(193.714)	(149.856)	(35.835)	-	(379.405)
Despesas gerais e administrativas	(282.208)	(62.466)	(19.482)	(344.953)	(709.109)
Outras despesas, líquidas Lucro operacional e antes do resultado	_	_	-	(2.014)	(2.014)
financeiro	830.149	511.243	46.392	(346.967)	1.040.817

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	3.756.048	3.498.849	104.303	8.126.980	15.486.180
Passivos circulante e não circulante	2.922.824	718.839	79.242	318.867	4.039.772

A parcela não alocada refere-se principalmente ao ágio referente aquisição da Anhanguera Educacional e também a ativos, passivos e despesas relacionados a áreas administrativas e de apoio operacional, não relacionadas diretamente aos segmentos geradores de receita.

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

QUADRO 55 – Receita líquida de vendas e serviços

	31/12/2015	31/12/2014
Ensino superior presencial		
Receita bruta (i)	4.950.944	3.246.241
Deduções da receita bruta:		
Impostos	(117.076)	(77.829)
ProUni	(635.232)	(363.003)
Descontos	<u>(299.993)</u>	(215.606)
Receita líquida	<u>3.898.643</u>	<u>2.589.803</u>
Ensino superior EAD		
Receita bruta	1.579.083	1.247.442
Deduções da receita bruta:		
Impostos	(31.033)	(23.450)
ProUni	(249.369)	(167.742)
Descontos	<u>(115.438)</u>	<u>(62.187)</u>
Receita líquida	<u>1.183.243</u>	<u>994.063</u>
Educação básica		
Receita bruta	193.696	206.495
Deduções da receita bruta:		
Impostos	(4.323)	(5.297)
Devoluções	<u>(6.201)</u>	<u>(10.589)</u>
Receita líquida	<u>183.172</u>	<u>190.609</u>
<u>Total</u>		
Receita Bruta	6.723.723	4.700.178
Deduções da receita bruta:		
Impostos	(152.432)	(106.576)
Prouni	(884.601)	(530.745)
Descontos	(415.431)	(277.793)
Devoluções	<u>(6.201)</u>	<u>(10.589)</u>
Receita líquida	<u>5.265.058</u>	<u>3.774.475</u>

⁽i) A receita bruta do ensino presencial já está líquida do valor registrado a título de ajuste a valor presente (AVP) no montante de R\$ 104.250.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

QUADRO 56 – Custos e despesas por natureza

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Salários e encargos sociais	(1.956.783)	(1.420.701)
Depreciação e amortização	(379.871)	(249.768)
Aluguel e condomínio	(379.122)	(223.726)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(268.158)	(147.542)
Utilidades, limpeza e segurança	(221.315)	(151.884)
Publicidade e propaganda	(239.288)	(171.472)
Serviços de terceiros	(27.798)	(24.165)
Consultorias e assessorias	(140.440)	(127.708)
Custo dos produtos vendidos	(37.221)	(39.198)
Viagens	(32.462)	(34.253)
Direitos autorais	(6.808)	(8.048)
Taxas e contribuições	(26.162)	(1.053)
Outros custos e despesas	(54.261)	<u>(134.140</u>)
	(3.769.689)	(<u>2.733.658</u>)
Custo das vendas e serviços	(2.240.874)	(1.643.130)
Despesas com vendas	(586.760)	(379.405)
Despesas gerais e administrativas	(941.808)	(709.109)
Outras despesas operacionais, líquidas	(246)	(2.014)
	<u>(3.769.688)</u>	(<u>2.733.658</u>)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. RESULTADO FINANCEIRO

QUADRO 57 – Resultado Financeiro

Consolidado	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Juros sobre mensalidades	108.135	66.090
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores		
mobiliários	48.951	53.306
Descontos obtidos	3.737	-
Variação Cambial Ativa	-	1.808
Outras	3.840	2.953
	164.663	124.157
Despesas financeiras		
Juros e custos das debêntures (i)	(110.128)	(94.334)
Atualização de obrigações por aquisições de controladas	(24.519)	(18.122)
Tarifas bancárias e de cobrança	(11.060)	(10.679)
Juros e mora comercial	(4.873)	(3.734)
Juros e mora fiscal	(1.894)	(4.113)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.048)	(8.479)
Atualização de contingências	(32.616)	-
Variação cambial passiva	-	(4.046)
Outras	<u>(9.434)</u>	(5.626)
	<u>(195.572)</u>	(149.133)
Resultado financeiro	(30.907)	(24.976)

⁽i) Refere-se aos juros de debêntures de R\$ 128.514 (Vide Nota 14 - Debêntures), reduzidos pela capitalização de juros de (R\$ 18.386) registrados no ativo imobilizado e intangíveis em andamento segundo a pronunciamento técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período.

QUADRO 58 - Resultado básico por ação

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.396.134	1.000.600
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em		
circulação (em milhares)	<u>1.619.121</u>	1.343.523
Lucro básico por ação ordinária em circulação	<u>0,86</u>	0,74

b) Diluído

Para efeitos de diluição, a Companhia possui plano de opção de ações outorgadas aos beneficiários, pelo qual é permitida a emissão de ações no momento de exercício da opção. Em 31 de dezembro de 2015, existem ações com potencial de diluição, uma vez que seu preço médio de exercício é inferior ao preço médio da ação da Companhia no mercado.

QUADRO 59 - Resultado diluído por ação

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.396.134	1.000.600
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em		
circulação (em milhares)	1.619.121	1.343.523
Potencial incremento de ações ordinárias (em milhares)	1.765	<u>991</u>
Lucro diluído por ação ordinária	<u>0,86</u>	<u>0,74</u>

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- (i) A controlada Pses utiliza imóveis alugados da controlada Spes. O contrato está vigente até agosto de 2023, com valor fixo mensal de R\$177 (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2015). O índice de reajuste utilizado é o INPC.
- (ii) As controladas Unic Educacional, Unime LF e Iuni utilizam imóveis alugados da Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia):

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Término do		
Controlada	contrato	Valor mensal	Índice de reajuste
Unic Educacional	Março/2020	197	IPCA
Unime LF	Março/2020	553	IPCA
Iuni	Março/2020	972	IPCA

- (iii) A controlada EDE utiliza imóveis alugados da Creare Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. (sociedade controlada por membros do Conselho de Administração da Companhia). Os contratos estão vigentes até janeiro de 2032, com valor fixo mensal de R\$1.053 (R\$992 em 31 de dezembro de 2015). O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (iv) A controlada Iuni possui contrato de cessão de uso com o Hospital Geral Universitário ("HGU") (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia) de Cuiabá MT, destinado à operação universitária, com valor fixo mensal de R\$255 (R\$228 em 31 de dezembro de 2015) e com valor variável por aluno de R\$3, referente à Bolsa Residente.
- (v) A controlada Unirondon também possui contrato de cessão de uso com o Hospital Geral Universitário ("HGU") (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia) de Cuiabá MT, destinado à operação universitária, com valor variável por aluno de R\$1, referente à Bolsa de Estágio.
- (vi) A Anhanguera Educacional Ltda. utiliza imóveis alugados da HK Campinas Participações Ltda. (a empresa tem como sócia a empresa AFZ Participações Ltda., sociedade controlada por um familiar de um dos membros do Conselho de Administração da Companhia). O contrato tem vigência até dezembro de 2024, com valor fixo mensal de R\$284 (R\$267 em 31 de dezembro de 2015. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (vii) A controlada Anhanguera Educacional Ltda. utiliza imóveis alugados da controladora Anhanguera Educacional Participações S/A. O contrato tem vigência até dezembro de 2020, com valor fixo mensal de R\$95 (R\$89 em 31 de dezembro de 2015). O índice de reajuste utilizado é o IPCA.

Esses valores estão registrados no resultado, na rubrica "custo dos serviços prestados".

(viii) A Fundação Manoel de Barros, (permissionária da rádio FM educativa, denominada Rádio Uniderp, desde 16 de fevereiro de 2005), cujo conselho mantém membros da diretoria da Companhia, celebrou um convênio com a Anhanguera Educacional Ltda, subsidiária da Companhia, para a doação de recursos financeiros. O contrato terá seu término em 1º de janeiro de 2016. Não existe qualquer índice de reajuste pactuado. A Anhanguera Educacional Participações S/A desembolsou no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a quantia de R\$480 (R\$240 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) por este convênio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015, no patamar estimado de R\$ 108.302.

A remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

QUADRO 60 – Remuneração dos administradores

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Salários	5.832	7.340
Benefícios	187	163
Encargos	1.743	1.466
Remuneração variável	19.962	15.076
Plano de opção de compra de ações	<u>17.476</u>	<u>31.501</u>
	<u>45.200</u>	<u>55.546</u>

30. INVESTIMENTOS

QUADRO 61 – Composição dos investimentos

	31/12/2015	31/12/2014
Investimentos em controladas:		
EDE	3.587.622	2.860.824
Anhanguera	2.086.967	1.668.830
Subtotal	5.674.589	4.529.654
Ágio, inclusive alocado da Anhanguera (i)	<u>7.844.164</u>	7.821.927
Total	13.518.753	12.351.581

A movimentação do ágio alocado proveniente da combinação de negócios com a Anhanguera está informada na nota explicativa nº 5 - Combinação de negócio e nota explicativa nº 14 - Intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

QUADRO 62 – Informação sobre as controladas diretas

Editora e Distribuidora Educacional S.A.	31/12/2015	31/12/2014
Quantidade de ações possuídas	2.549.437.961	2.160.752.536
Participação no capital social - %	100	100
Capital social	2.549.438	2.160.753
Patrimônio líquido	3.584.321	2.860.824
Lucro do exercício	1.039.489	1.021.162
Saldo contábil do investimento	3.587.622	2.860.824
Equivalência patrimonial	1.039.489	1.021.162
Anhanguera Educacional Participações S.A.	31/12/2015	31/12/2014
Quantidade de ações possuídas	437.228.783	437.070.783
Participação no capital social - %	73,6%	100
Capital social (i)	2.497.593	1.928.435
Patrimônio líquido	2.832.056	1.668.830
Lucro do exercício	594.067	116.417
Saldo contábil do investimento	2.086.967	1.668.830
Equivalência patrimonial	502.902	116.417

(i) Em 9 de fevereiro de 2015 a EDE - Editora e Distribuidora Educacional S.A. aumentou o capital da Anhanguera Educacional Participações S.A. em dinheiro no montante de R\$569.000 mediante a emissão de 569.000.000 (quinhentas e sessenta e nove milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (hum real) por ação, integralizado por meio da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital. Com isso houve redução da participação direta da Companhia na Anhanguera Educacional Participações S.A., mas quando considerada a participação indireta através de sua controlada EDE, a Companhia detém 100% da titularidade.

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia aumentou sua participação na Anhanguera Educacional Participações S.A. em R\$ 158 mediante a emissão de 158.000 (cento e cinquenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (hum real) por ação integralizado por meio da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

QUADRO 63 – Movimentação do investimento

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	12.351.581	2.579.780
Aumento de capital	26.633	126.170
Movimentação decorrente de associação	(84.975)	1.426.240
Resultado de equivalência patrimonial	1.542.391	1.137.579
Dividendos	(339.166)	(740.115)
Ágio e ágio alocado Anhanguera	<u>22.289</u>	7.821.927
Saldo final	13.518.753	12.351.581

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

QUADRO 64 – Apólices de seguro contratadas com terceiros

	Importâncias seguradas	
	31/12/2015	31/12/2014
Incêndio de bens do imobilizado	169.605	257.764
Responsabilidade Civil dos Diretores	163.000	196.000
Veículos	1.831	22.533
	<u>334.436</u>	476.297

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Venda da Uniasselvi

A conclusão da venda da Uniasselvi, cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato") foi celebrado em 23 de outubro de 2015, ocorreu em 29 de fevereiro de 2016 quando todos os atos necessários a esta transação foram considerados concluídos.

Na celebração do referido "Contrato" foi acordada a venda, mediante a execução de certos atos precedentes, à Treviso Empreendimentos e Participações S.A. ("Compradora") da totalidade das participações societárias detidas por subsidiárias da Companhia nas seguintes sociedades: Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.; ASSEVIM -Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim Ltda.; Instituto Educacional do Alto Vale do Itajaí Ltda.; Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S.S. Ltda.; e Sociedade Educacional do Planalto Serrano Ltda. (em conjunto "Uniasselvi").

Em contrapartida pela aquisição da Uniasselvi, a compradora pagará à Companhia o preço global de até R\$1.105.000, seguindo a seguinte forma de pagamento:

- (a) R\$400 milhões serão pagos à vista na data de fechamento;
- (b) R\$450 milhões serão pagos em 5 parcelas anuais, de 2018 a 2022, corrigidas pela variação do IPCA até a data de pagamento da respectiva parcela;
- (c) até R\$255 milhões serão pagos na forma de preço adicional, em valor variável a ser calculado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

com base em metas financeiras e operacionais pré-estabelecidas, em parcelas anuais, de 2018 a 2022, corrigidas pela variação do IPCA até a data de pagamento da respectiva parcela.

Conforme CPC31 – Ativo não-circulante mantido para venda e operações descontinuadas - parágrafo 7, para que seja classificado como ativo não circulante mantido para a venda, "o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais". Na avaliação da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as condições requeridas para classificação dos saldos da Uniasselvi como disponível para venda não foram atendidas, uma vez que o contrato exigia, para a conclusão do negócio, que compromissos junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) fossem atendidos, além de outras exigências.

b) Recebimento do saldo remanescente FIES de 2015

Conforme Termo de Acordo Judicial celebrado entre a ABRAES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento Do Ensino Superior, a União Federal, a SESU - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, as Instituições de Ensino Superior associadas da ABRAES receberão os créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015 nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, sendo 25% do saldo em 2016; 25% em 2017 e 50% em 2018. A quitação dar-se-á até junho de cada ano e as parcelas serão corrigidas pela variação do IPCA desde a data de seu respectivo vencimento no ano de 2015 até o efetivo pagamento.

33. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de março de 2016.